



## ESTUDO ACERCA DAS REFLEXÕES DO CADERNO POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Graziela Maranoski<sup>1</sup>  
Thaliane Sommer<sup>2</sup>  
Alexandra Vanessa de Moura Baczinski<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho caracteriza-se como resultado dos estudos realizados durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – (PIBID) no qual apresentamos reflexões sobre o processo de alfabetização, que teve como base o caderno Política Nacional de Alfabetização (PNA), evidenciando os aspectos que refletem na educação tanto de forma positiva quanto de forma negativa e os seus impactos na sociedade atual.

Inicialmente, o PNA caracteriza-se por um documento instituído no dia 11 de abril de 2019 conduzido pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), na forma de decreto nº 9.765. Tal documento, defende a utilização do método fônico, com base em evidências científicas, como forma de superar os declínios e elevar a qualidade da alfabetização.

Nesse sentido, o PNA destaca 6 componentes entendidos como essenciais para o sucesso da alfabetização, sendo eles: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão de textos e a produção da escrita. Além disso, o PNA, tem como objetivo, por meio das metas 5 e 9, respectivamente, alfabetizar todas as crianças até o fim do 3º ano de Ensino Fundamental, e elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015. É fato, que as discussões e estudos realizados em torno desta temática foi muito relevante para melhor entendermos sobre o processo de alfabetização e os métodos utilizados pelos docentes. A partir do estudo realizado percebeu-se a necessidade de analisar de forma crítica tal documento a respeito do processo de alfabetização.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR; e-mail: grazimaranoski@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR; e-mail: thaliansommer@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação, coordenadora de área subprojeto Pedagogia/Alfabetização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR; E-mail: alexandra.vanessa@hotmail.com



## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Em outubro de 2020 iniciamos no programa Pibid estudando alguns materiais acerca do processo de alfabetização, dentre eles o caderno do PNA, palestras com a estudiosa Maria do Rosario Longo Mortatti, além de estudos desenvolvidos pela pesquisadora brasileira Magda Soares

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A abordagem teórica utilizada esteve ancorada no educador Paulo Freire e na pesquisadora Magda Soares, os quais defendem, respectivamente, a teoria de uma educação libertadora. “Uma educação que, usando os termos caros a Paulo Freire, vá além de ensinar pessoas a apenas lerem e repetirem palavras, as coesinem a lerem criticamente seu mundo.” (BRANDÃO, FAGUNDES, 2016, p.96) e que de acordo com Magda Soares (2016), o caminho para a alfabetização não decorre apenas de um método, mas sim a partir de uma multiplicidade de métodos combinadas com a intencionalidade do professor, a qual se faz com método.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Inicialmente, sabemos que o processo da alfabetização é fundamental para que a criança alcance seu desenvolvimento pessoal e ao mesmo tempo contribua com a sociedade, o qual interfere na sua trajetória de vida, já que é o futuro delas que está em jogo. Contudo, muitos autores(a) lançam algumas críticas sobre o documento por determinados fatores, visto que é um decreto com caráter impositivo, ou seja, algo imposto por lei e não algo democrático.

Além disso, o plano supervaloriza os educadores estrangeiros, sem pedir sugestões de mudanças aos educadores brasileiros que têm tanta bagagem rica para contribuir, como por exemplo, Magda Soares e Paulo Freire. Ou seja, o PNA se restringe apenas a especialistas cognitivos, como neurocientistas, psicólogos, etc. Dessa forma, acreditam que a alfabetização no Brasil é atrasada, uma vergonha, um desastre e por isso precisa de incentivos estrangeiros baseada em evidências científicas (MORTATTI, 2019, p.32).

De acordo com Magda Soares (2016), não é o método que alfabetiza, a gente não vai alfabetizar com um ou outro método, a gente vai alfabetizar com método. Isto é, a partir de uma multiplicidade de métodos combinadas com a intencionalidade do professor, a qual se faz com



método. Segundo ela, o método fônico é o método de ensino da leitura que tem como base a relação entre letra e som. No entanto, essa técnica tão idolatrada pelo documento, incentiva a criança a aprender a escrita e a leitura da palavra de forma segmentada. O ponto nevrálgico da questão é essa imposição para que as crianças aprendam, entretanto, esse “ensinamento” não é transmitido de maneira correta, ele faz a criança decorar o que está sendo repassado para ela, sendo assim a criança “sabe” o alfabeto, os números, porém se você pedir para ela aleatoriamente ela não vai saber responder, pois foi ensinado a ela de forma decorada e em ordem. É lamentável, que muitos profissionais ainda carregam uma visão tecnicista, onde o professor é o sujeito ativo e o aluno um sujeito passivo, aquele que recebe informações cruas e decorativas, o que não desperta o interesse do aluno, pelo contrário, só atrasa o processo.

Por isso, é tão importante entender a realidade do aluno, fazer um diagnóstico antes de aplicar qualquer técnica já que o processo de alfabetização depende das relações entre professor e aluno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após o estudo realizado, podemos perceber e evidenciar diversas questões importantes, a primeira delas seria que não existe somente um método de ensino, somente uma maneira de se alfabetizar, mas sim um conjunto de múltiplos métodos necessários para a formação do aluno. Uma divergência notória na implantação desse novo método é a forma autoritária de como é exigido, é vindo por meio de um decreto com caráter impositivo, ou seja, algo imposto por lei e não algo democrático, deixando de lado toda a história da alfabetização.

Vimos também o quanto é importante entender a realidade do aluno, fazer um diagnóstico antes de aplicar qualquer técnica, esse processo de alfabetização depende das relações entre professor e aluno, deixando de lado a visão de que o professor é o sujeito ativo e o aluno o sujeito passivo, aquele que só recebe as informações cruas e decorativas.

Além disso, é importante ressaltar que todos os sujeitos da sociedade acabam ajudando de uma maneira ou outra na formação da criança como sujeito social e consciente da realidade que o rodeia.



**Palavras-chave:** Alfabetização; política nacional de alfabetização, formação escolar.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – (PIBID), financiado pela Capes, por nos proporcionar esse primeiro contato com as questões que norteiam a alfabetização a partir dos materiais disponibilizados, à todos os profissionais da área que esclareceram muitas de nossas dúvidas e sobretudo a nossa coordenadora Alexandra Vanessa de Moura Baczinski que não mediu esforços para nos auxiliar durante esse processo.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016.

BRASIL. MEC. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Revista do departamento da educação - UNIFESP**, v. 7, n. 3, p. 17–51, 2019.